

Relatório Gerencial da Ouvidoria

3° Trimestre
2024



DIRETOR-GERAL

Eduardo Nery Machado Filho

DIRETORES

Alber Furtado de Vasconcelos Neto

Caio César Farias Leôncio

Flávia Morais Lopes Takafashi

Wilson Pereira de Lima Filho

CHEFE DE GABINETE

Karoline Brasileiro Quirino Lemos

OUVIDORA SUBSTITUTA

Joelma Maria Costa Barbosa

EQUIPE DA OUVIDORIA

Alan Campelo de Oliveira Silva (Chefe Substituto da Seção de Transparência e Acesso à Informação)

Ana Beatriz da Silva Ferreira (Assistente Administrativo)

Ana Clébia do Nascimento Torres (Técnico em Regulação de Serviços de Transportes Aquaviários)

Cynthia Karolina dos Santos Silva (Secretária)

Eliseu Fernando Silveira de Carvalho (Técnico em Regulação de Serviços de Transportes Aquaviários)

Guilherme Silva Milagres (Chefe da Seção de Transparência e Acesso à Informação)

Indiara da Conceição (Secretária)

Maria de Lourdes Gurgel de Araújo (Chefe da Seção de Apoio ao Cidadão)

Maria Lúcia Rodrigues Lima Teles (Chefe Substituta da Seção de Apoio ao Cidadão)

Paloma Kissia Tavares Cavalcante (Assistente Administrativo)

Rodrigo Silva Ferreira (Assistente Administrativo)



SUMÁRIO

1. SUMÁRIO EXECUTIVO	4
2. INTRODUÇÃO	4
3. CADASTRO DE DEMANDAS E CANAIS DE ATENDIMENTOS	4
3.1. A PLATAFORMA FALA.BR COMO FERRAMENTA EXCLUSIVA DE TRAMITAÇÃO DAS DEMANDAS DE OUIDORIA.....	6
4. ANÁLISE QUANTITATIVA	7
4.1. MANIFESTAÇÕES RECEPCIONADAS E TRAMITADAS NA SAC	7
4.2. DEMANDAS QUE GERARAM FISCALIZAÇÃO E/OU PROCESSOS ADMINISTRATIVOS SANCIONATÓRIOS... 8	8
4.2.1. ACOMPANHAMENTO DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS (FISCALIZAÇÃO OU SANCIONATÓRIOS) ... 9	9
4.3 DEMANDAS RECORRENTES	10
5. ANÁLISE QUALITATIVA.....	14
5.1. DEMANDAS RECORRENTES	14
5.1.1. TARIFA PORTUÁRIA ABUSIVA	14
5.1.2. SCANNER DE CONTÊINER	16
5.1.3. BLOQUEIO DE CARGA.....	16
5.1.4. NAVEGAÇÃO INTERIOR: DIREITOS E DEVERES DO USUÁRIO; GRATUIDADE DAS DEMANDAS.....	17
5.1.5. JURISDIÇÃO – DEMANDAS FORA DO ÂMBITO DE ATUAÇÃO DA ANTAQ	20
5.1.6. ACESSO À INFORMAÇÃO	20
6. TRANSPARÊNCIA E ACESSO À INFORMAÇÃO	20
6.1. TRANSPARÊNCIA ATIVA	20
6.2. TRANSPARÊNCIA PASSIVA.....	21
6.3. DADOS ABERTOS	22
7. CONCLUSÃO	23
8. BIBLIOGRAFIA	24



1. SUMÁRIO EXECUTIVO

Compreende o levantamento das atividades desempenhadas no 3º trimestre de 2024, compreendido pelo período de 1º de janeiro a 30 de junho, pela Seção de Apoio ao Cidadão (SAC) e pela Seção de Transparência e Acesso à Informação (STAI) da Ouvidoria da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, bem como a indicação dos problemas identificados nas etapas de análise, suas possíveis causas e propostas de soluções.

2. INTRODUÇÃO

A Ouvidoria constitui importante ferramenta de controle e melhoria dos serviços prestados ao cidadão pelo Governo Federal, sendo compreendida como uma instituição que auxilia o cidadão em suas relações com o Estado. Apresenta-se como um canal de diálogo entre o Estado e a sociedade, como instância de controle e participação social.

Nesse sentido, a Seção de Apoio ao Cidadão (SAC) exerce significativo papel nesse diálogo Cidadão/Estado, de modo que as manifestações, realizadas por meio da Plataforma Fala.BR, e demais Canais de Acesso à informação, provoquem a melhoria dos serviços públicos prestados decorrentes do exercício da cidadania. Toda demanda registrada na Ouvidoria da Antaq tramita intensamente nas setoriais técnicas competentes para cada caso, passando pelos respectivos responsáveis, com protocolos internos, sendo todas respondidas, tempestivamente, pela Ouvidoria diretamente quando cabível, ou com fulcro na informação prestada pela setorial técnica.

A Seção de Transparência e Acesso à Informação – STAI cuida do acesso à informação, fomentando a transparência ativa, passiva e os dados abertos e, para tanto, utiliza-se também da Plataforma Fala.BR a qual permite que qualquer pessoa física ou jurídica encaminhe pedidos de acesso à informação, acompanhe o prazo e receba a resposta da solicitação realizada para órgãos e entidades do Executivo Federal.

3. CADASTRO DE DEMANDAS E CANAIS DE ATENDIMENTOS

Os usuários dos serviços prestados ao cidadão pela Antaq, podem cadastrar suas manifestações como sugestão, denúncia, elogio, reclamação, simplifique ou solicitação.

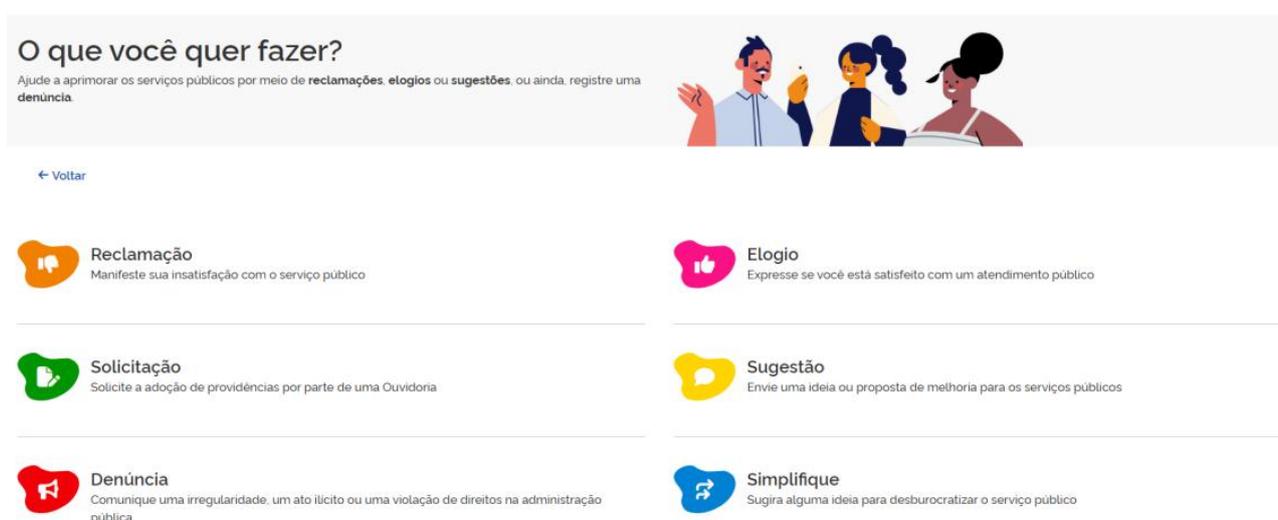


Figura 1 - Plataforma Fala.BR.



Para tanto, os usuários podem utilizar um dos seguintes canais disponibilizados pela Ouvidoria conforme indicado na Figura 02:

Plataforma FalaBR		https://falabr.cgu.gov.br/web/home
Telefone		0800 644 5001
WhatsApp / Omnichannel		QR Code
Presencial		SEPN Quadra 514, Conjunto “E”, Edifício ANTAQ CEP: 70760-545 – Brasília – DF ou uma das Unidades Regionais
E- mail		ouvidoria@antag.gov.br ouvidoria.interno@antag.gov.br
Correspondência		SEPN Quadra 514 conjunto “E” Edifício ANTAQ – CEP: 70.760-545 – Asa Norte Brasília/DF

Figura 2 - Canais de Atendimento disponibilizados pela Ouvidoria da ANTAQ.

A Ouvidoria tem buscado a melhoria de comunicação com o usuário, tornando-a cada vez mais ágil e eficiente, como ferramenta de controle e melhoria dos serviços prestados ao cidadão pelo Governo Federal.

Em 1º/12/2021, disponibilizou o WhatsApp Denúncia QR Code, destinado às manifestações de denúncia, reclamação, sugestão, elogio ou simplifique, por meio de aplicativo de mensagem utilizando o WhatsApp, funcionando diuturnamente, durante os sete dias da semana. Desde a implementação do aplicativo, a quantidade de atendimentos apresentou aumento significativo, pela facilidade de acesso.

Em dezembro de 2023, foi implantada a Plataforma Omnichannel, que é um Contact Center em nuvem baseado em software, a qual integra todos os canais de atendimento disponíveis para os usuários, combinando as características particulares de cada um, visando a construção de experiência única para o cidadão, passando a ser aplicado em nível interno e externo, a partir de janeiro de 2024, após treinamento dos servidores e colaboradores que atuam no atendimento das chamadas.

O Omnichannel permite tratar mais de uma solicitação, simultaneamente, por meio de um único número (08006445001), direcionando as manifestações de acordo com o tipo: (sugestão, denúncia, elogio, reclamação, solicitação ou simplifique). Com isso é agilizada a recepção e respectiva resposta aos usuários que podem demandar um ou mais serviços oferecidos pela Ouvidoria da ANTAQ em um único contato.

Além de permitir o atendimento de vários usuários, por vários atendentes, utilizando o mesmo número de chamada, permite, ainda, a gestão da fila de espera, do tempo de atendimento e da



pontuação do atendente com a pesquisa de satisfação realizada pelo usuário, logo após o encerramento do atendimento.

O objetivo principal para contratação da Plataforma Omnichannel foi estabelecer um instrumento ágil e eficiente para o atendimento dos usuários, em abrangência nacional, através de meios primários (ligação telefônica, site de internet e aplicativo) e alternativos (mensagens, vídeo chamada e redes sociais) de comunicação que permitam ampliar e melhorar o relacionamento do cidadão com a ouvidoria da ANTAQ.

Como resultado, no terceiro semestre de 2024, a Ouvidoria realizou 233 (duzentos e trinta e três) atendimentos pela Plataforma <https://omnismart.app>, dos quais 69 (sessenta e nove) tiveram resolução pela plataforma e 164 (cento e sessenta e quatro) foram cadastrados no Fala.BR, para as providências cabíveis de tratamento das demandas e resposta aos usuários.

É um número expressivo, representando 40% (quarenta por cento) do total de 406 (quatrocentas e seis) demandas cadastradas no Fala.BR levantadas no Painel Resolveu? da CGU, evidenciando a importância da ferramenta na facilitação de atendimento para o usuário.

3.1. A PLATAFORMA FALA.BR COMO FERRAMENTA EXCLUSIVA DE TRAMITAÇÃO DAS DEMANDAS DE OUVIDORIA

A tramitação das demandas de ouvidoria no âmbito da ANTAQ é feita, exclusivamente, pela Plataforma Fala.BR, no propósito de melhor atender aos requisitos de segurança e rastreabilidade das manifestações.

A utilização de um único sistema restringe a possibilidade de vazamento de informações, resguardando assim os dados pessoais do manifestante, garantindo o cumprimento da Lei nº 13.709, de 14/08/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Nesse sentido, as denúncias ou reclamações feitas por qualquer dos canais indicados na Figura 02 são cadastradas na Plataforma Fala.BR, informando-se ao manifestante os dados desse cadastro e o procedimento para acompanhamento da respectiva Demanda.



Figura 3 - Card utilizado para divulgar a IARA.



4. ANÁLISE QUANTITATIVA

Análise dos dados coletados e tratados, apontando correlações porventura existentes.

4.1. MANIFESTAÇÕES RECEPCIONADAS E TRAMITADAS NA SAC

No que concerne ao Tipo de Manifestação, de 1º de julho a 30 de setembro de 2024, foram recebidas na Ouvidoria e cadastradas na Plataforma Fala.BR 406 (quatrocentos e seis) manifestações, conforme dados colhidos no “Painel Resolveu?” que segue:

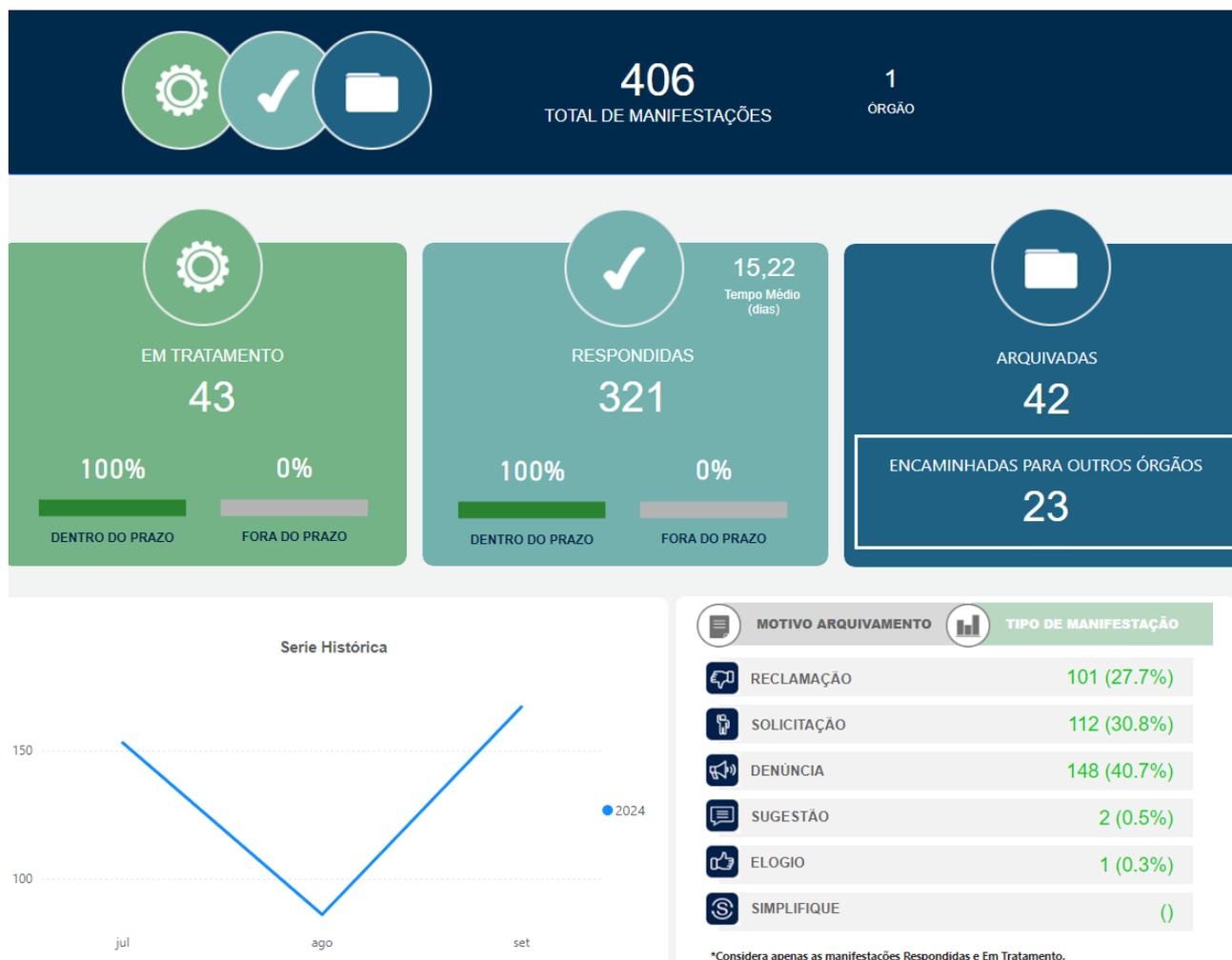


Figura 4 - Painel Resolveu?



4.2. DEMANDAS QUE GERARAM FISCALIZAÇÃO E/OU PROCESSOS ADMINISTRATIVOS SANCIONATÓRIOS

A Gerência de Planejamento e Inteligência da Fiscalização – GPF, unidade organizacional vinculada à Superintendência de Fiscalização/Procedimentos Fiscalizatórios – SFC, tem a incumbência de examinar as demandas referentes a denúncias ou reclamações que contenham informações que possam deflagrar a instauração de processos administrativos de fiscalização.

Referidas demandas são encaminhadas às Gerências Regionais competentes que, em caso de instauração de processos administrativos, as tramitam para SAC, informando a adoção da providência, fato que é comunicado ao demandante. Todas essas medidas são adotadas por meio do Fala.BR.

Veja-se, a propósito, o quantitativo demonstrado na imagem abaixo:

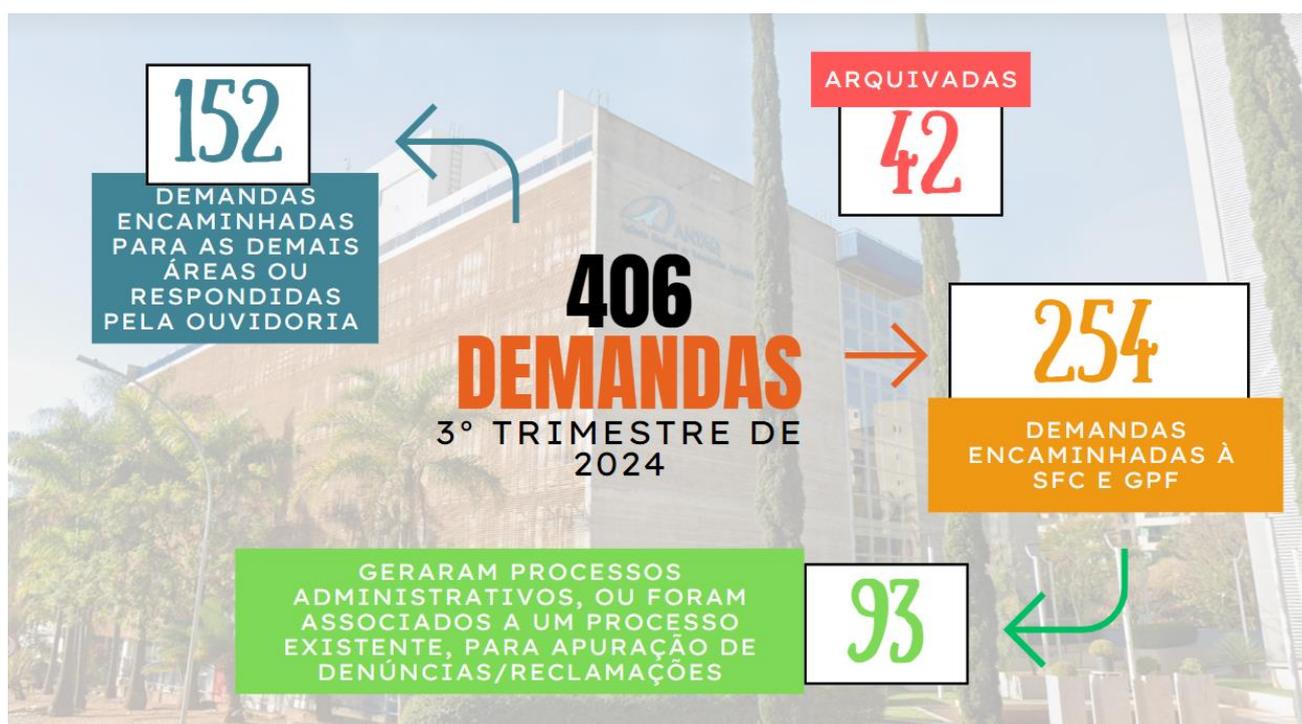


Figura 5 - Demandas de Ouvidoria que geraram fiscalização e/ou processos administrativos sancionatórios.

No que concerne ao Tipo de Manifestação, no período de 1º de julho a 30 de setembro de 2024, foram recepcionadas na Ouvidoria e cadastradas na Plataforma Fala.BR 406 (quatrocentas e seis) manifestações, conforme dados colhidos no Painel Resolveu, sendo 254 (duzentas e cinquenta e quatro) demandas tramitadas para SFC e GPF, das quais, 93 (noventa e três) geraram processos administrativos para apuração de denúncias/reclamações; as 152 (cento e cinquenta e duas) restantes foram encaminhadas para as demais áreas ou respondidas pela Ouvidoria e, neste caso, as demandas são arquivadas. No terceiro trimestre isto ocorreu com 42 (quarenta e duas) demandas.



4.2.1. ACOMPANHAMENTO DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS (FISCALIZAÇÃO OU SANCIONATÓRIOS)

A Ouvidoria da Antaq efetua o Acompanhamento Especial de demandas que contenham reclamações, denúncias ou sugestões apresentadas pelos usuários na Plataforma Fala.BR, no Sistema Eletrônico de Informação (SEI) ou por e-mail, por intermédio da Seção de Apoio ao Cidadão (SAC), observando-se os seguintes trâmites:

1. O acompanhamento é feito por servidor ou colaborador lotado na Seção de Apoio ao Cidadão, designado para esse fim, iniciando a partir da comunicação feita à Ouvidoria pela Unidade técnica sobre a instauração de processo administrativo no âmbito da Agência;
2. Os processos são acompanhados, por meio da ferramenta "acompanhamento especial" no Sistema de Processo eletrônico SEI e de Planilha Específica, onde são consignados os eventos relevantes na tramitação dos aludidos processos, os quais são comunicados aos respectivos usuários, sendo lançados os dados do processo na Planilha de acompanhamento, compreendendo: a) Data do Registro (data em que o colaborador responsável pela tarefa receber a comunicação sobre a instauração de processo administrativo de fiscalização); b) N° da demanda e do Processo Administrativo gerado pela demanda; c) Unidade de Apuração; e d) Síntese da denúncia ou reclamação; e) Atos relevantes do Processo;
3. O acompanhamento é feito, diariamente, de forma a manter atualizada, em tempo real, a tramitação dos respectivos processos na planilha, sendo registrada de forma sucinta o teor da tramitação.



4.3 DEMANDAS RECORRENTES

No levantamento das demandas recebidas na Ouvidoria, foram identificados os temas que foram mais demandados e sua representatividade em percentuais no quantitativo de 406 (quatrocentos e seis) demandas cadastradas no Fala.BR, conforme demonstrado no Figura 06.

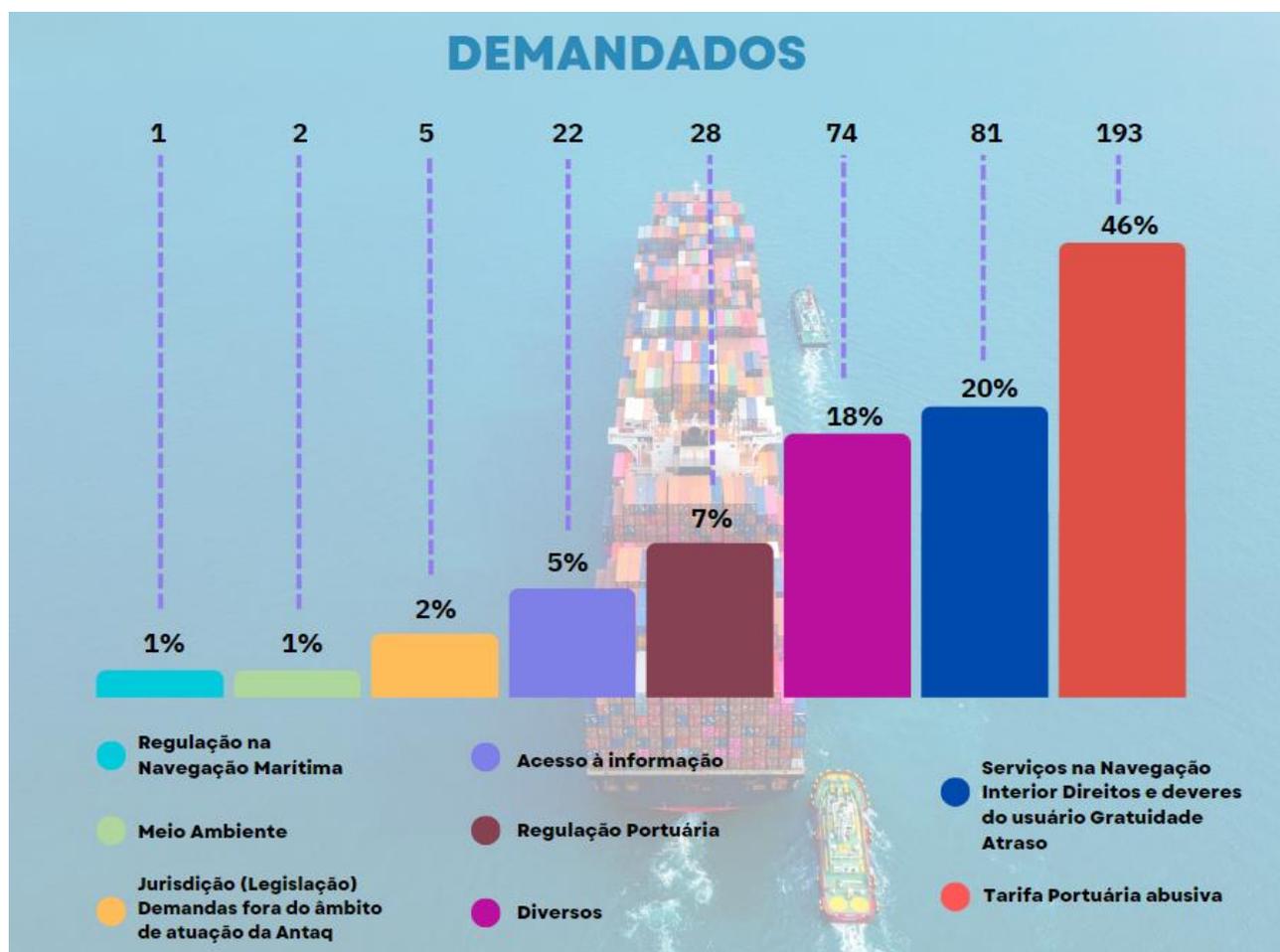


Figura 6 - Demandas de Ouvidoria recorrentes.

Na Planilha a seguir, consta o quadro completo das demandas recebidas no período de 1º de julho a 30 de setembro de 2024, catalogadas de acordo com o assunto (“tag”) e sua correlação com os temas dos Grupos.

Tema das demandas	Agrupamento das demandas por correlação de assunto	Quantidade por assunto	Quantidade por agrupamento	%
Reabertura de demandas	Encaminhamento de Relatório de Fiscalização ao demandante			
Controladoria-Geral da União - CGU	Autoavaliação por meio da aplicação do Modelo de Maturidade (MMOuP) encaminhado pela CGU			
	Avaliação da Ouvidoria pela CGU - resposta do questionário enviado pela CGU			



Regulação Portuária	Instalações portuárias	1	28	7%
	Irregularidade nas Instalações Portuárias	4		
	Regulação Portuária	3		
	Empresa Autorizada pela ANTAQ			
	Outorgas de instalações portuárias			
	Concorrência Desleal			
	Denúncia envolvendo Autoridade Portuária			
	Denúncia envolvendo Portos Delegados			
	Serviços Portuários/ Acesso /funcionamento	15		
	Concessão Portuária			
	Acesso à instalação portuária			
	SISPAT	1		
	TUP	3		
	Penalidades			
	Carga Perigosa	1		
Regulação na Navegação Marítima	Afretamento/Circulação		1	1%
	Regulação na Navegação			
	Regulação na Navegação interior			
	Regulação na Navegação Marítima			
	Acidente na navegação			
	Segurança da Navegação			
	Fretes Marítimos			
	Autorização na Navegação			
	Direitos do Usuário na Navegação			
	Agenciamento de Carga Marítima			
	Arrendamento Portuário	1		
	Cabotagem			
	Carga Prescrita			
	Circularização			
Serviços na Navegação Interior	Empresa irregular	3		
	Tarifa Abusiva no Transporte da Navegação Interior	1		



	Travessias fora da jurisdição da ANTAQ, reguladas por outros entes da Federação		81	20%
	Travessias sob a jurisdição da ANTAQ			
	Atraso e Superlotação	16		
	Outorgas	7		
	Pessoal marítimo	1		
	Recusa do Passe Livre	3		
	Direitos do usuário na navegação	9		
	Ressarcimento de passagem por desistência da viagem			
	Descumprimento do Esquema Operacional			
	Gratuidade para carros oficiais			
	Gratuidade para autista	1		
	Gratuidade para Crianças			
	Gratuidade para estudantes (recusa em receber a carteira de estudante)			
	Gratuidade para funcionários públicos			
	Gratuidade para idoso	2		
	Navegação - Atraso e superlotação	14		
	Irregularidade no Transporte de Carga	4		
	Navegação – Serviços de embarque, bilhete e equipamentos	20		
Tarifa Portuária abusiva	Tarifa Portuária Abusiva	42	193	46%
	Tarifa Portuária Abusiva - falta de Bookings/janelas para os navios	50		
	Tarifa portuária abusiva com Denúncia com Pedido de Medida Cautelar	7		
	Demurrage - (Tarifa portuária abusiva)	10		
	Detention/ Sobrestadia de Mercadorias	63		
	Desbloqueio de carga - tarifa portuária abusiva	2		
	Bloqueio de carga - (Tarifa portuária abusiva)	6		
	Bloqueio de Agendamento			
	Bloqueio de Veículo	1		
	Scanner de Contêiner	2		
	Cobrança indevida de taxa			
	Freetime	10		
Jurisdição	Jurisdição - Questão de competência da ANTAQ		5	2%



(Legislação) Demandas fora do âmbito de atuação da Antaq	Jurisdição - Questão fora da competência da ANTAQ	5		
	Legislação			
	Travessias			
	Turismo			
Meio ambiente	Meio ambiente	2	2	1%
Diversos (Solicitação)	Dados Estatísticos		74	18%
	Licitação	1		
	Solicitação/ Solicitação de Informação	19		
	Solicitação de Providencias	13		
	NVOOC			
	Servidores da Antaq	17		
	Sistemas SAMA/EVTE/SIG/IDA/SDP/SOE/SEI	4		
	Curriculum Vitae	7		
	Concurso			
	Audiência Pública			
	Guarda portuária			
	Mão de obra portuária avulsa – OGMO	2		
	Pesquisa de Satisfação			
	Questão Aduaneira	1		
	Estágio (Solicitação)			
	Sugestão	1		
	Trabalhos Científicos			
	Elogio	1		
	Ordem Judicial	1		
	Convite para participar de reunião	3		
Website				
Acesso à Processo	4			
Acesso à informação				
Acesso à informação	Solicitação de Informação redirecionada à Seção de Transparência e Acesso à Informação - STAI	22	22	5%
TOTAL		406	406	100%

*O quantitativo de demandas reabertas ao início desta tabela não integra o quantitativo final de 406 (quatrocentas e seis) demandas.



É oportuno mencionar que, como resultado da conclusão dos processos de apuração das condutas, poderá ocorrer a celebração de Termos de Ajuste de Condutas, aplicação de multas pecuniárias, suspensão, e/ou a cassação do direito de exploração do serviço observado o nível de gravidade da infração constatada.

5. ANÁLISE QUALITATIVA



Ao efetuar a análise qualitativa esta Seção sopesou os dados coletados à luz dos seguintes tópicos:

- O conteúdo das informações coletadas, abrangendo falhas e oportunidades de melhoria identificadas, priorizadas segundo critérios de impacto e ocorrência ou probabilidade, ou outro critério definido em comum acordo com as unidades;
- Os problemas e suas respectivas causas e possíveis soluções.

Vale ressaltar, além da análise qualitativa/quantitativa das manifestações apresentadas pelos usuários do serviço regulado, o presente Relatório traz sugestões e proposições, sem qualquer pretensão de exaurimento daquela fonte (manifestações dos usuários), visando o aprimoramento das atividades da Agência.

5.1. DEMANDAS RECORRENTES

Em conformidade com as informações coletadas, constatou-se que as manifestações catalogadas nos verbetes Tarifa Portuária abusiva, Navegação Interior (Direitos e deveres do usuário, Gratuidade das Demandas continuam frequentes, conforme demonstrado na Figura 06, página 09 deste Relatório.

Nesse contexto, nos reportaremos às demandas com números mais expressivas, dedicando-lhe análises mais aprofundadas, no intuito de identificar eventuais falhas e suas causas e propor soluções de melhorias que possam minimizar a insatisfação dos usuários em relação aos serviços da Antaq.

5.1.1. TARIFA PORTUÁRIA ABUSIVA



Sob esse verbete estão inseridas as demandas envolvendo **demurrage, detention sobreestadias, free time**. Mostrou-se recorrente a apresentação de denúncias relacionadas à cobrança de sobreestadias que ocorre quando é ultrapassado o free time (Acordo do tempo livre em dias corridos em que o importador/exportador poderá ficar em posse do container, somente o liberando após recebimento da sobrestadia, que julga ser seu direito.

Nos últimos quatro anos foi cadastrado um número expressivo de denúncias relacionadas a tarifa abusiva portuária ou navegação), conforme se demonstra:

ANO	QUANTIDADE	TARIFA PORTUÁRIA ABUSIVA
2020	924	78 = 8%
2021	748	106 = 14%
2022	932	124 = 13%
2023	875	127 = 9%
3º trimestre de 2024	193	193 = 48%

No período de 1º de julho a 30 de setembro de 2024, as manifestações envolvendo abusividade na cobrança continuam a crescer, haja vista que num universo de 406 (quatrocentos e seis) demandas tramitadas na Ouvidoria, já temos 193 (cento e noventa e três), atingindo o percentual de 48% envolvendo demandas sobre demurrage, detention, sobrestadia, free time, ao passo que, durante o ano de 2023, houve um total de 875 (oitocentas e setenta e cinco) demandas com essa tipificação.

Tais registros de Ouvidoria denotam a necessidade de maior estudo no âmbito da Antaq, para o fim de melhor definir parâmetros para tal cobrança, pois, em que pese tratar-se de atividade econômica exercida em livre e aberta competição, com liberdade de preços (art. 45, da Lei 10.233). Todavia, no setor não é tolerável o abuso, principalmente pelos interesses coletivos envolvidos (interesse público evidente).

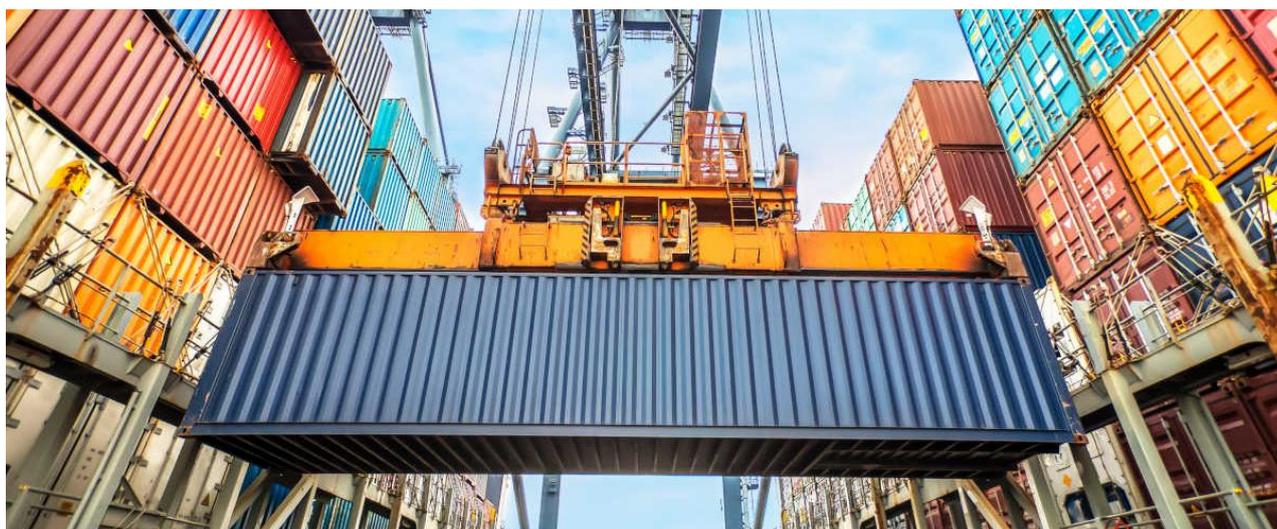
A Resolução Normativa 34, de 19 de agosto de 2019, representou importante passo para efetividade da regulação da tarifa portuária, no que tange à prestação de serviços de movimentação e armazenagem de contêineres e carga geral em instalações portuárias públicas e privadas. Essa Norma estabeleceu as diversas responsabilidades dos agentes intervenientes no processo, com a especificação de momentos e movimentos do embarque/desembarque de contêineres pelas instalações portuárias, reforçando o princípio da causalidade na responsabilidade para a imputação de valores extras na prestação do serviço.

Há casos em que as demandas objeto de Tarifa Portuária Abusiva que são acompanhadas de Pedido de Medida Cautelar, hipótese na qual a demanda é encaminhada à Secretária-Geral (SGE), para adoção das providências cabíveis à apreciação da Medida Cautelar, que precede a apuração da suposta ilegalidade denunciada. Após isso, o processo retorna à Ouvidoria, para que faça a comunicação ao usuário, e posterior tramitação para a Unidade Técnica competente. Nesse momento, após a demanda ser respondida ao demandante sobre a decisão proferida na medida cautelar, finaliza-se o papel da Ouvidoria na demanda, até que receba a resposta área técnica; caso a demanda dê origem a processo administrativo de fiscalização, é objeto de acompanhamento especial, até seu trânsito em julgado.

No período de 1º de julho a 30 de setembro de 2024 houve 07 (sete) demanda envolvendo Tarifa portuária abusiva com Pedido de Medida Cautelar.



5.1.2. SCANNER DE CONTÊNER



Trata-se de cobrança da inspeção não invasiva de contêiner, criada por Portarias da Receita Federal em 2011 e efetuada por terminais portuários, à qual se opõem os importadores e exportadores, por entenderem abusiva a cobrança nos termos em que é efetuada.

Apesar de reconhecerem que o escaneamento gera custos aos terminais, defendem que seja estabelecido preço máximo para a cobrança da inspeção invasiva de contêiner, para evitar abusos em relação ao preço.

A questão tem sido levada ao crivo do Judiciário, havendo decisão que beneficia a Associação de Usuários dos Portos da Bahia (Usupport) proferida pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, deferindo pedido de efeito suspensivo feito pela Associação de Usuários dos Portos da Bahia contra decisão que anulou a suspensão da cobrança pelo escaneamento de contêineres. Entretanto, no âmbito do Tribunal de Justiça de São Paulo, também há decisão favorável aos terminais portuários, proferida pela 38ª Câmara de Direito Privado.

A posição da Antaq está consolidada no sentido de reconhecer a legalidade e conformidade regulatória da cobrança estratificada da rubrica Inspeção Não Invasiva de Contêineres por parte das instalações portuárias que operam em regime de arrendamento (nos portos organizados) ou em regime autorizativo (Terminais de Uso Privado -TUPs), nos termos do normativo vigente.

No período de 1º de julho a 30 de setembro de 2024 foram registradas 02 (duas) demandas envolvendo scanner de contêiner.

5.1.3. BLOQUEIO DE CARGA



Trata-se de matéria fora do âmbito de atuação da ANTAQ, nas situações em que, no campo do Comércio Exterior, ocorre de uma mercadoria ser retida pela autoridade fiscalizadora, principalmente a Receita Federal, quando nota alguma irregularidade na operação de importação ou exportação.



Cabe aclarar a matéria. O bloqueio de carga pode ocorrer, indiretamente, por intervenção do agente de carga. Dentre suas responsabilidades perante a Receita Federal consta a apresentação do Manifesto de Carga no Siscomex MANTRA ou Siscomex CARGA, documento sem o qual a carga não poderá ser descarregada do veículo de transporte na chegada à zona primária. Na alegada intenção de resguardar o seu direito no que diz respeito ao pagamento do frete, o agente de carga não apresenta o Manifesto de Carga para a autoridade competente, impedindo a liberação da mercadoria até que o importador cumpra com a sua obrigação contratual. Achando-se prejudicado, o importador recorre à ANTAQ, com o propósito de liberar a carga.

Em tais casos, é informado ao demandante que a matéria não se encontra no âmbito da regulação da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, indicando os limites de sua competência exclusiva para a regulação, supervisão e fiscalização do serviço portuário e do transporte aquaviário interestadual, nos moldes definidos pela Lei 10.233/2001, ou seja, relativos à sua adequação, regularidade, segurança e continuidade, ex-vi art. 20, da referida Lei. A demanda é encaminhada à Ouvidoria da Receita Federal do Brasil, cientificando-se o usuário dessa providência, com a indicação dos contatos do referido Órgão para que possa acompanhar o processo.

No período de 1º de julho a 30 de setembro de 2024 houve 06 (seis) demanda envolvendo bloqueio de carga.

5.1.4. NAVEGAÇÃO INTERIOR: DIREITOS E DEVERES DO USUÁRIO; GRATUIDADE DAS DEMANDAS



Aqui são abordados os problemas de que se ressentem as populações que se utilizam do transporte fluvial, em especial os povos ribeirinhos da Bacia Amazônica. É de considerar as grandes distâncias percorridas, a dificuldade de comunicação, a precariedade do embarque e desembarque de passageiros e cargas, entre outros obstáculos inerentes ao transporte fluvial.

Em 1º/12/2021, disponibilizou o WhatsApp Denúncia QR Code, destinado às manifestações de denúncia, reclamação, sugestão, elogio ou simplifique, por meio de aplicativo de mensagem utilizando o WhatsApp, funcionando diuturnamente, durante os sete dias da semana. Desde a implementação do aplicativo, a quantidade de atendimentos apresentou aumento significativo, pela facilidade de acesso.

Em dezembro de 2023, foi implantada a Plataforma Ominichannel, que é um Contact Center em nuvem, baseado em software, a qual integra todos os canais de atendimento disponíveis para os



usuários, combinando as características particulares de cada um, visando a construção de experiência única para o cidadão, passando a ser aplicado em nível interno e externo, a partir de janeiro de 2024, após treinamento dos servidores e colaboradores que atuam no atendimento das chamadas.

Há um esforço da Ouvidoria da Antaq no sentido de promover o uso do serviço digital por meio de campanhas sintonizadas com as campanhas promovidas pelo Governo Federal, no sentido de privilegiar essa ferramenta. O cadastro das demandas na Plataforma Fala.BR é mais efetivo, transparente e menos oneroso para o Poder Público, além da comodidade de acompanhamento para o usuário.

Fruto de medidas de comunicação institucional para os usuários buscando a ampliação dos canais de comunicação, o uso da ferramenta digital vem crescendo exponencialmente, mormente após a disponibilização do QR CODE, em 1º/12/2021, destinado às manifestações de denúncia, reclamação, sugestão, elogio ou simplifique, por meio de aplicativo de mensagem utilizando o WhatsApp, funcionando diuturnamente, durante os sete dias da semana. Desde a implementação do aplicativo, a quantidade de atendimentos apresentou aumento significativo

Em dezembro de 2023, foi implantada a Plataforma Omnichannel, que é um Contact Center em nuvem, baseado em software, a qual integra todos os canais de atendimento disponíveis para os usuários, combinando as características particulares de cada um, visando a construção de uma experiência única para o cidadão, passando a ser aplicado em nível interno e externo, a partir de janeiro de 2024, após treinamento dos servidores e colaboradores que atuam no atendimento das chamadas.

Além de permitir o atendimento de vários usuários, por vários atendentes, utilizando o mesmo número de chamada, permite, ainda, gestão da fila de espera, do tempo de atendimento e da pontuação do atendente com a pesquisa de satisfação realizada pelo usuário, logo após o encerramento do atendimento.

Ainda em termos de comunicação com o usuário, foi instituída a IARA, inteligência artificial com várias informações sobre os serviços prestados pela Antaq, bem como orientação para o usuário apresentar seu pleito perante a Ouvidoria, de forma facilitar o entendimento do usuário na escolha da ação mais conveniente para ter sua manifestação conhecida e analisada pela Ouvidoria

A Bacia Amazônica responde por parte substancial das manifestações de ouvidoria na Antaq considerando o elevado número de usuários (passageiros) do transporte aquaviário na Navegação Interior, onde as rodovias são os rios, que são utilizados pela população ribeirinha para seus deslocamentos estadual e interestadual. São atendidos por pequenas e médias embarcações. Essas embarcações também respondem pelo transporte de carga procedente ou destinada ao hinterland da região.

Os casos de empresa irregular e descumprimento do esquema operacional, decorrem da facilidade com que os transportadores burlam o serviço autorizado, exigindo redobrado esforço das áreas técnicas da Antaq na fiscalização dos serviços prestados aos usuários.

O transportador irregular vale-se da generosidade da natureza amazônica, que permite a atracação de uma embarcação em grande parte das margens dos rios, oferecendo serviço mais barato, em prejuízo da segurança da navegação, tanto pela precariedade das condições de atracação, quanto pela ausência de salva-vidas e outros itens para a segurança do passageiro.

Essas ocorrências demandam da Antaq maior rigor na fiscalização, o que se mostra tarefa hercúlea ante as características e amplitude da região abrangida pela Navegação Interior na Bacia Amazônica.



Atraso e superlotação, tarifa abusiva (em que pese as placas de aviso informativas nos locais de atracação), acesso às embarcações, não reconhecimento do direito à gratuidade, ainda que o passageiro atenda às normas da Antaq, são infrações frequentes no transporte de passageiros na região.

Observou-se no período de 1º de janeiro até 30 de junho de 2024, menor ocorrência de demandas sobre Atraso e superlotação, registrando-se nesse período apenas 1 (uma) demanda, no universo de 521 (quinhentos e vinte e um) tramitadas em todo o semestre, representando 0.5%.

Registre-se, em continuidade, que as reclamações sobre a falta de urbanidade a que muitas vezes são submetidos os passageiros continuam a ocorrer, principalmente com idosos, o que é inaceitável, dada a vulnerabilidade dessas pessoas.

Faz-se necessária maior atuação da Antaq no sentido de coibir essas ocorrências, que refletem a omissão das empresas autorizadas no cumprimento das obrigações contratuais, por si ou seus prepostos.

A Antaq tem envidado esforços no sentido de conscientizar os partícipes da relação transportador/usuário quanto à necessidade do convívio harmônico e eficiência de uma atividade vital para a região.

Nesse sentido, cabe aludir à instituição da Ouvidoria Itinerante cujo projeto está em andamento. Após gestões da Ouvidoria, o projeto foi declarado como prioritário pelo Sr. Diretor-Geral, sendo um dos projetos assim considerados para integrar a Agenda de Projetos executados com o apoio da Divisão de Processos Organizacionais - DPO, com a possibilidade de utilização de consultoria especializada em processos de negócio (Processo 50300.002840/2023-03).

O projeto "Ouvidoria Itinerante" considera a concepção de uma Ouvidoria Ativa, ou seja, uma Ouvidoria que vai além da realização de atividades rotineiras, realizando pesquisas junto à população. Assim, o projeto contempla a aproximação com a comunidade de diversas maneiras, tais como ouvidoria fluvial, ouvidoria rural, ouvidoria móvel, dentre outras.

Por ser um canal participativo capaz de produzir a vocalização coletiva e/ou individual, pode promover uma postura ativa do cidadão, tendo como propósito avançar na democratização da gestão pública brasileira, abrindo espaço para uma participação consciente e mobilizada, para o fortalecimento do controle social e do acesso à informação, independentemente das condições adversas em que as populações vulneráveis se encontram, abrangendo muitos cidadãos que estão localizados em áreas de difícil acesso e/ou não têm conhecimento acerca da função da Ouvidoria, e por vezes da própria Antaq.

A Diretoria da Antaq já estabeleceu como prioritário o projeto "Ouvidoria Itinerante".



5.1.5. JURISDIÇÃO – DEMANDAS FORA DO ÂMBITO DE ATUAÇÃO DA ANTAQ

No que concerne às Demandas fora do âmbito de atuação da Antaq, cabe reportar as manifestações envolvendo travessias reguladas por outros entes da federação, com um número expressivo de reclamações, que são afetadas, na maioria das vezes, aos entes estaduais. Situam-se nesse contexto, em maior escala, as manifestações denunciando irregularidades supostamente cometidas por empresas de turismo.

A Ouvidoria informa que a matéria não está sob sua jurisdição, esclarecendo sobre os limites de sua competência e a quem a demanda deve ser dirigida, informando o órgão regulador do Estado, fornecendo a localização e os respectivos contatos.

5.1.6. ACESSO À INFORMAÇÃO

As demandas referentes a “Acesso à Informação”, têm por objeto o mero acesso a um documento ou a um processo. São cadastradas na Plataforma Fala.BR, como “Solicitação” Nessa hipótese, esta seção providencia a alteração do tipo de manifestação da demanda, que é redirecionada, automaticamente, para a Seção de Transparência e Acesso à Informação - STAI. Ressalte-se que, atualmente, os usuários são orientados a fazer dito requerimento por meio do Sistema Eletrônico disponibilizado no Sistema Eletrônico de Informações – SEI.

Foram redirecionadas 22 (vinte e duas) demandas à STAI. Todavia esse número tende a cair, uma vez que as solicitações de acesso a processos passaram a ser feitas por peticionamento eletrônico.

6. TRANSPARÊNCIA E ACESSO À INFORMAÇÃO



6.1. TRANSPARÊNCIA ATIVA

A transparência ativa representa a disponibilização de informações, no Portal da ANTAQ, de maneira espontânea e proativa, prevista tanto na Lei nº 12.527/2011 quanto no Decreto nº 7.724/2012, a cargo da Seção de Transparência e Acesso à Informação – STAI, subordinada à Ouvidoria da Agência.

Desde junho de 2022 a STAI assumiu a responsabilidade pela adoção de medidas capazes de promover e fomentar, perante as áreas internas, a publicação de informações no Portal da ANTAQ, com o objetivo de atender às exigências legais e às determinações da CGU.

Em razão da adoção dessas medidas citadas, a ANTAQ passou a figurar entre os órgãos na 1ª posição do ranking de transparência ativa divulgado por meio do [Painel Lei de Acesso à Informação](#), com todos os 49 (quarenta e nove) quesitos cumpridos plenamente pela ANTAQ, conforme a figura a seguir:



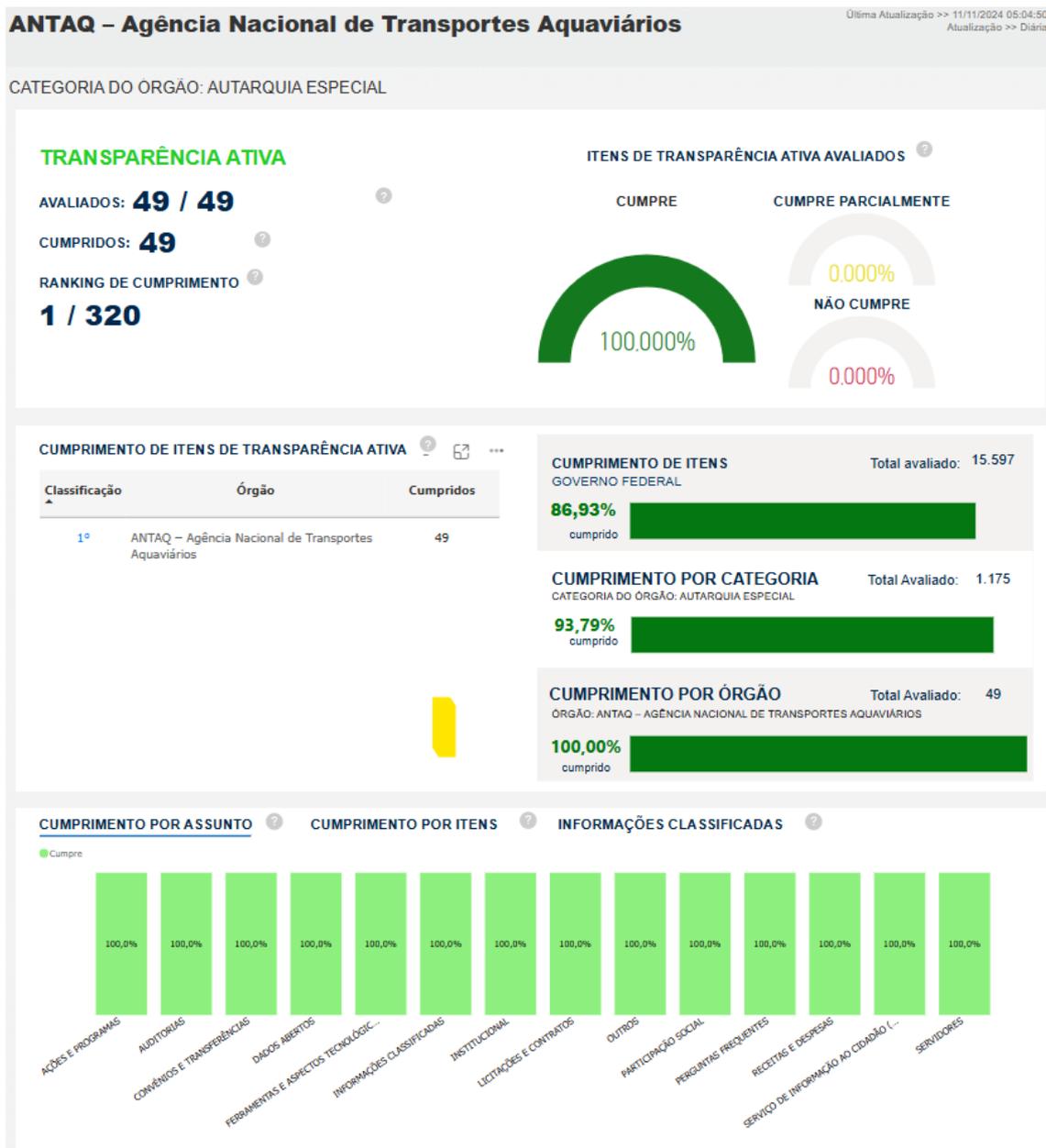


Figura 7 - Painel Lei de Acesso à Informação.

6.2. TRANSPARÊNCIA PASSIVA

O artigo 9º da Lei de Acesso à Informação – LAI instituiu as demandas de Acesso com objetivo atender e orientar os cidadãos quanto ao acesso das informações produzidas e custodiadas pelo Governo Federal. No âmbito da ANTAQ esta competência é responsabilidade da Seção de Transparência e Acesso à Informação - STAI, subordinada à Ouvidoria.

A Plataforma Fala.BR é o canal prioritário para recebimento de pedidos de acesso à informação, o portal é gerenciado pela Controladoria Geral da União (CGU) e utilizado por todos os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, conforme a Portaria Interministerial nº 1.254/2015.



Até o 3º trimestre do ano de 2024, a ANTAQ recebeu o total de 344 pedidos de acesso à informação, com média de 38 pedidos por mês, figura o 54º lugar no ranking dos 320 órgãos mais demandados neste período, respondeu a 100% dos pedidos. O tempo médio de resposta de 10,01 dias, é o 93º órgão mais ágil da Administração Pública Federal. Resultado do trabalho em equipe e da coordenação de ações das unidades da ANTAQ. Esse resultado contribui de forma efetiva na consolidação de uma imagem de transparência.



Figura 8 - Painel da Lei de Acesso à Informação.

6.3. DADOS ABERTOS



A Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal, instituída pelo Decreto nº 8.777/2016, tem por objetivo aprimorar a cultura da transparência pública ao estabelecer regras para publicação, em formato aberto, de dados produzidos ou acumulados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

A gestão da transparência engloba a abertura de dados da ANTAQ, em consonância com o Plano de Dados Abertos (PDA) ciclo 2023-2025. Essa Ação reforça a transparência ativa da Agência, bem como possibilita o uso dos dados disponíveis pelos cidadãos e empresas interessadas.

A STAI coordena a elaboração e a execução do PDA com a publicação de bases de dados previstas. Atualmente, estão disponíveis as bases: Afretamento, Desempenho Ambiental, Fiscalizações, Movimentação Portuária e Outorgas. A atualização das bases é automática.

Até o 3º trimestre de 2024, a ANTAQ previu no PDA a abertura de 7 novas Bases de Dados: “Outorgas da Navegação”, “Instalações Privadas”, “Painel de Empresas e Linhas de Navegação”, “Situação dos Portos em Tempo Real”, “Linhas de Travessia Outorgadas pela ANTAQ”, “Compras e Contratações”, “Vias Economicamente Navegadas”. Entretanto, o cronograma de abertura de Bases de Dados foi alterado pela [Notas Explicativas ao PDA](#) prorrogando a abertura para o encerramento do ciclo

do PDA, ou seja novembro de 2025. Atualmente, a ANTAQ possui 7 conjuntos de dados publicados e 3 em homologação e disponibilização de link para publicação, totalizando 10 bases.



Figura 9 - Painel de Monitoramento de Dados Abertos.

7. CONCLUSÃO

O presente Relatório descreve as atividades da Ouvidoria da Antaq durante o terceiro trimestre do ano de 2024, elaborado a partir das manifestações apresentadas pelos usuários dos serviços regulados, em conformidade com o disposto no inciso II, art. 14, da Lei de Defesa dos Direitos do Usuários de Serviços Públicos (Lei nº 13.460/2017), visando ao aprimoramento da gestão pública e a garantia da transparência e do acesso à informação no âmbito da Agência, fazendo cumprir a Lei de Acesso à Informação - LAI (Lei nº 12.527/2011) e a Política de Dados Abertos (Decreto nº 8.777/2016)

No Relatório foram apresentados, de forma sucinta, problemas identificados nas etapas de análise, suas possíveis causas e propostas de soluções. Foram evidenciados os pontos recorrentes (principais reclamações/denúncias do setor) que ensejam a melhoria dos serviços prestados. Indene de dúvidas que o processamento das informações obtidas por meio das manifestações recebidas e das pesquisas de satisfação realizadas constituem-se instrumentos de avaliação dos serviços, em particular sobre o cumprimento dos compromissos e dos padrões desejados pelos usuários.

O ranking das reclamações e denúncias é liderado pela Tarifa Portuária abusiva: Detention/Sobrestadia de Mercadorias; Tarifa Portuária Abusiva. Espera-se que as providências já adotadas (expansão e facilitação dos canais de comunicação com a Ouvidoria e fortalecimento da fiscalização), assim como medidas cogitadas para um futuro próximo possa minimizar esses registros, trazendo maior eficiência ao atendimento das populações que se utilizam do transporte hidroviário.

Por fim, com o compromisso inerente à atividade de Ouvidoria e que pode ser observado no trabalho ora desenvolvido, espera-se que a análise do presente Relatório possa efetivamente contribuir para a melhoria dos serviços prestados pela Antaq.

8. BIBLIOGRAFIA

- Central de Painéis da Controladoria-Geral da União (CGU);
- Fala.BR (Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação) de uso obrigatório pela Administração Pública Federal, nos termos do Decreto 9.492/2018;
- Legislação e Normas da CGU/OGU e da Antaq;
- Portal da ANTAQ;
- Relatório Anual da Ouvidoria - anos 2021 e 2022;
- Relatório da Coordenadoria de apoio ao Cidadão de 2023;
- Sistema Eletrônico de Informações (SEI);

